

As (Im)Possibilidades de escolha para vivências homoafetivas e heteroafetivas

(Im)possibilities of choice for homoaffective and heteroaffective experiences

Ematuir Teles de Sousa

*Psicólogo, Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Palhoça - SC - Brasil.
ematuir.psi@gmail.com*

Ana Maria Pereira Lopes

*Prof. Dra. do Departamento de Psicologia,
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Palhoça - SC - Brasil.
ana.lopes@unisul.br.*

A large, bold, black number '5' is centered on the right side of the page. The background of the entire page is a light gray grid of thin vertical lines.

Resumo

O objetivo do presente artigo é compreender a percepção de pessoas que compartilham vivências homoafetivas e heteroafetivas acerca do processo de “escolher” na constituição de suas sexualidades. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, delimitada como estudo de caso. Utilizaram-se narrativas de seis homens, três que se consideram homossexuais e três que se denominam heterossexuais. Frente à complexidade que envolve o processo de subjetivação e a escolha, observou-se que os participantes deste estudo, por vezes, não consideravam suas ações como parte de um processo de escolher.

Palavras-chave: Escolha. Fenomenologia. Sexualidade.

Abstract

The objective of the present article was to understand the perception of people who share homoaffective and heteroaffective experiences concerning the process of “choosing” in the constitution of their sexuality. In order to accomplish it, a qualitative research was undertaken, outlined as a case study. Narratives of six men, three that consider themselves homosexual and three that consider themselves heterosexual. Considering the complexity that involves the process of subjectivation and choice, it was observed that participants of the currently study, sometimes, did not considerate their actions as part of a choosing process

Keywords: Choice. Phenomenology. Sexuality.

O histórico da homossexualidade no Brasil inclui mudanças no que consideramos como pessoas homossexuais no âmbito da produção do conhecimento, bem como desdobramentos dessas modificações no cenário das relações sociais mais amplas e em políticas públicas de direitos civis, independentemente do modo de expressão da sexualidade. Com a retirada do termo homossexualismo do Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (1980), a homossexualidade deixou os padrões patológicos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde da Organização Mundial da Saúde – CID/OMS (LIONÇO, 2009). O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Resolução n. 001/99, estabeleceu normas de atuação em que psicólogos(as) devem contribuir para reflexões sobre preconceitos e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra pessoas de comportamentos ou práticas homoeróticas. Além disso, não pode exercer ações que favoreçam a patologização dessas práticas nem disseminar pronunciamentos públicos a fim de orientar homossexuais para tratamentos, o que reforçaria preconceitos sociais. Em 2006, o Conselho Federal de Serviço Social (CFSS), por meio da Resolução n. 489/2006, formulou normas aos assistentes sociais, vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual de pessoas.

No tocante às políticas públicas, estas têm fundamento nos princípios da Cidadania e da Dignidade da pessoa humana, previstos nos incisos I e II do art. 1º da Constituição Federal do Brasil de 1988. Outros trechos da Legislação a serem considerados são o inciso IV do art. 3º, o qual pressupõe “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, e o art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. A partir desses princípios, foi criado, em 2004, o *Programa – Brasil sem Homofobia – de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT* (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) e de Promoção da Cidadania de pessoas com orientação homossexual (BRASIL, 2004). Em 2009, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República desenvolveu o *Plano Nacional da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (LGBT), com o objetivo de orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.

Embora haja avanços no debate sobre diversidade sexual, existem ainda interferências de fundamentalismo religioso, com destaque para a tentativa de defesa da reorientação sexual por parte de alguns segmentos de religiões. “O fundamentalismo religioso talvez seja um dos maiores problemas enfrentados hoje pela população LGBT, inclusive para a aprovação de leis” (REIS *apud* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011, p. 172). Dessa forma, as sexualidades, sobretudo as homoafetivas, são consideradas nesse debate pela premissa de que se escolhe a orientação sexual, pautando-se em uma concepção do senso comum, a partir da qual a escolha não é problematizada. Bock, Furtado e Teixeira (2001) afirma que senso comum é um tipo de conhecimento atribuído a partir de experiências espontâneas dos sujeitos, sem rigor reflexivo/científico. Ou seja, a escolha reduzida a um dualismo passa a ser a seleção de algo em detrimento de outra coisa. A relação desse conceito simplista com a sexualidade humana revela uma incompreensão da dimensão subjetiva do processo de escolher e abre margens a situações de exclusão, marginalização e preconceito, como é o caso da homossexualidade. Por esse viés, este estudo se ancora na complexa perspectiva Fenomenológica Existencialista sartriana, para a qual a escolha é um processo dialético, histórico, cultural e subjetivo.

“[...] A existência precede a essência” (SARTRE, 1987, p. 7). Considera-se, a partir dessa máxima sartriana, que não há algo que predetermine na subjetividade humana. Não há uma natureza humana, pois o sujeito se constitui na sua existência e na sua relação com o mundo. Nessa relação, tecem-se escolhas e exerce-se a liberdade de ser, a qual não pode ser negada, pois o homem é responsável pelo seu fazer, pelas suas ações, está “condenado a ser livre” (SARTRE, 1987, p. 7). Num movimento ao futuro, as escolhas humanas, mesmo quando não percebidas como escolhas (alienadas), implicam mudança no contexto e modificam-no, num movimento dialético de totalização, destotalização e retotalização. Isto é, a partir de suas ações na relação com o futuro, os sujeitos podem modificar o presente e se modificar.

Essa compreensão é necessária para conceber o que Sartre (1987) intitulou como o projeto. É na história que o sujeito se constitui e nela que também se aliena, pois, ao se relacionar com o dado contexto, este, por estar instituído, é tomado como verdade e torna-se parte da subjetividade humana de maneira acrítica. O contexto faz parte das possibilidades de ser sujeito, pressupondo-se, conforme Sartre, que o ser humano é constituído pela sociedade/cultura e que, na medida em que se relaciona com esta, se modifica e é modificado por ela, num movimento que o autor denominou progressivo – regressivo. Esse movimento rumo ao futuro constitui o projeto-de-ser (SARTRE, 1987).

As possibilidades de ser estão ligadas ao conceito de corpo e consciência, que são indissociáveis entre si, sendo a partir destes que as relações com o mundo se estabelecem. O sujeito e o corpo/consciência se constituem nas dimensões da existência: ontológica, antropológica e psicológica, formando o que se pode chamar de identidade, aquilo que é de mais subjetivo na pessoa (SARTRE, 1987). Desse modo, corpo e consciência são princípios psicológicos do desenvolvimento, enquanto o ser pressupõe que o sujeito confirme e reconfirme as suas ações, formando a sua personalidade e reconhecendo-a enquanto identidade.

Assim, a constituição de uma identidade, bem como o reconhecimento desta, denota, em Sartre, que o sujeito se escolhe. Ao realizar essa afirmação, estabelece uma relação com quaisquer ações do sujeito, inclusive aquelas relativas à sexualidade. Com a Teoria Sartriana, pressupõe-se que os aspectos vividos “tecem” identidades sexuais, possibilitando a manifestação destas e de possíveis modificações no tempo. Entretanto, é necessário que se considerem também os parâmetros sociais em que a constituição da sexualidade ocorre e, conseqüentemente, o debate ao qual a sexualidade encontra-se envolvida.

Chauí (1984) demonstra que na história de uma sociedade há diferentes justificativas quanto à proibição de práticas ligadas à sexualidade. A religião, o direito, a ciência e a moral são saberes que ditam práticas sexuais em nome da procriação, criando normas, regras, leis e valores que se instituem como normalidade. Os que as descumprem sofrem “repressão sexual” (CHAUÍ, 1984). Dentre as formas “desviantes” da norma, encontra-se a orientação homossexual. Giddens (1993), parafraseando Michel Foucault, afirma que a sexualidade fora inventada como forma de controle dos corpos, o que viabilizou a geração e a manutenção de poder a favor do que já estava instaurado. Para além de uma sexualidade da procriação, a reprodução passou a ser sinônimo de produtividade. Então, tudo o que não possibilite essas configurações é ameaça, estabelecendo-se relações de poder de gêneros e sexualidades.

A sexualidade possui uma história que se inscreve na subjetividade humana como natural e do âmbito privado. A sexualidade naturalizada destituiu os sentidos sociais e políticos que esta possui, pois os corpos, as possibilidades da sexualidade, as formas de expressão dos desejos, os afetos e os prazeres também são estabelecidos e codificados pela sociedade (LOURO, 1999). Desse modo, os constituintes da sexualidade e da identidade sexual, como o sexo biológico (sexo) e o gênero (masculino e feminino), também são construções sociais (LOURO, 1999).

Butler (2003) problematiza o “sexo” naturalizado com significados históricos e culturais que se entrelaçam com as concepções de gênero. Para a autora, se o gênero é dado a partir de construções culturais, estas se inscrevem no corpo humano a partir do que é dado, o que é determinista. Essa problematização sugere que o gênero e a sexualidade são indissociáveis, pois estão sempre num movimento dialético de construção e desconstrução, assumindo distintas formas em diferentes contextos.

Numa sociedade onde os valores são heterossexuais, “pessoas que assumem uma orientação homossexual assumem uma identidade não aprovada socialmente [...]” (KERN; SILVA, 2009, p. 512). Percebe-se, com isso, que as possibilidades de aceitação de ser das pessoas que mantêm vivências homoafetivas são restritas, pois, segundo os autores, sua realidade faz muitas vezes a homossexualidade ser camuflada.

A busca por estudos sobre escolha, numa perspectiva sartriana relacionada à sexualidade, revelou que não há estudos diretamente acerca dessa temática. Ao serem buscadas pesquisas que discutissem sobre diversidade sexual, indexadas pela base de dados Scielo¹, por meio das palavras diversidade, heterossexualidade, homossexualidade, sexual, gênero e sexualidade, foram encontrados 34 artigos com diferentes estudos e temáticas, mas que apenas tangenciavam a discussão sobre escolha. Diante disso, tornam-se importantes as reflexões a respeito da diversidade sexual que envolvam a escolha referindo-se a uma decisão da sexualidade. Na medida em que se compreende a aplicação dos conceitos ao cotidiano da vida humana, amplia-se a visibilidade de um determinado fenômeno, contribuindo para diluir manifestações preconceituosas. Nesse sentido, pretendeu-se com esta pesquisa compreender a percepção de pessoas que compartilham de vivências homoafetivas e heteroafetivas acerca do processo de “escolher” na constituição de suas sexualidades.

Método

Tendo-se a preocupação com o nível de realidade não quantificado, a presente pesquisa analisou os seus dados de modo qualitativo (DESLANDES, 1994). O delineamento foi o de estudo de caso, sendo um estudo empírico que buscou investigar um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, utilizando-se de várias fontes de evidências (YIN, 2005). Esta pesquisa assumiu caráter exploratório, visto que o processo de escolher atrelado à

¹ Disponível em: <www.scielo.com.br> .

sexualidade é um tema pouco explorado; ainda, por ter tido como finalidade o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de ideias (GIL, 1999).

Participaram seis homens com idade entre 20 e 35 anos, sendo três com orientações homossexuais e três com orientações heterossexuais, ambos de cor branca e de classe média, os quais estavam e/ou já haviam se inserido no mercado de trabalho com formações secundária ou superior. A seleção de participantes se deu por facilidade no acesso ou por conveniência, mas com distanciamento necessário para o estudo. Buscou-se entre os participantes a sua autodenominação por meio dos termos homossexual e heterossexual, como modo social de utilização desses termos, sem evidentemente delimitar a diversidade existente de homossexualidades e heterossexualidades.

O material utilizado para coletar os dados foi um computador *notebook* com o programa de edição de áudio *Nero Wave Editor* para gravação de voz. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada. Na entrevista, abordaram-se aspectos como: a escolha enquanto processo de constituição da sexualidade do entrevistado, a percepção deste acerca da sua sexualidade e da dos outros, assim como noções de gêneros e sexualidades. O contato inicial com os participantes foi feito por *e-mail* e por telefone. Antes da entrevista, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o de Consentimento para Gravação, esclarecendo-se os preceitos éticos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina, em 2013 (Protocolo 12. 521. 7. 07. III).

A organização dos dados envolveu transcrição das gravações, definição de categorias e subcategorias de análises, buscando-se o cotejamento dos dados das pessoas com orientação homossexual (HOM) e das pessoas com orientação heterossexual (HET). Na discussão, procurou-se articular os dados com o referencial fenomenológico, com vistas a demonstrar a experiência dos sujeitos a partir de um campo de possíveis. Como afirma Gil (1999), para esse método, o mundo é criado pela consciência e as pessoas são reconhecidas como fundamentais para a construção do conhecimento produzido pela pesquisa.

Apresentação e análise dos dados

O processo de escolha entre pessoas com vivências homoafetivas e com vivências heteroafetivas

A percepção da escolha relacionada às sexualidades dos participantes da presente pesquisa será apresentada por meio de categorias, indicando-se os

entrevistados que compartilham de vivências homoafetivas pelo prefixo HOM e os que compartilham de vivências heteroafetivas por HET. A primeira categoria, que envolve a **Reflexão sobre a orientação sexual**, difere-se entre os participantes com vivências homo e heteroafetivas. Os primeiros percebem que essa reflexão é oriunda de um conflito interno com relação a si mesmo e localizam um sentimento de “ser diferente”, de um “não lugar”. Já para os HET, essa reflexão não aconteceu, como é notório nas palavras de HET 01: “[...] mas, com relação a minha opção, não sei bem dizer como se deu assim”. Tal ausência de reflexão pode se ligar a orientações sexuais correspondentes ao normal para a sexualidade na sociedade ocidental, ao homem branco, heterossexual e cristão. Devido a esse fato, como afirma Louro (1999), cabe aos “outros” sujeitos sociais, desviantes dessa norma heterossexual, os homossexuais, definirem-se, utilizando-se dessa referência. Todavia, a reflexão sobre a orientação sexual para os sujeitos HET se deu pela percepção da homossexualidade como uma orientação sexual diferente da norma e pela compreensão dessa diferença, como se pode perceber na seguinte fala: “[...] o meu irmão do meio, ele é homossexual assumido e o meu irmão mais novo é heterossexual, essa diferença [...] que me levou a pensar no porquê alguns podem ser heterossexuais, outros homossexuais [...]” (HET 02).

Louro (1999) expõe que no reconhecimento de outras identidades está uma atribuição das diferenças. Esse modo de atribuir diferenças encontra-se diretamente conectado à instituição de desigualdades, hierarquias que se imbricam com redes de poder na sociedade. A autora ainda aponta que “[...] o reconhecimento do 'outro', daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos” (LOURO, 1999, p. 15). Nesse sentido, os diferentes são os que não compartilham dos atributos de cada um, como a expressão da sexualidade, talvez isso explicita a impossibilidade de reflexão presente entre os HET.

Ampliando-se a compreensão sobre a reflexão, os **Momentos mais perceptíveis da orientação sexual** são identificados na infância e na adolescência, conforme as falas dos entrevistados HOM 01 e HET 02, respectivamente: “Desde pequeno, desde os cinco anos, eu sempre tive esse olhar, não entendia direito o que era, mas sempre tive essa 'coisa' que me chamava, que eu não sentia nada por meninas, só por meninos [...]” (HOM 01); “O momento exato eu não sei, eu nunca senti atração por homens, então não sei dizer o momento exato” (HET 02). A demarcação da infância para a percepção da direção sexual indica uma naturalização da sexualidade pelos participantes, destituída de um pensamento reflexivo *a priori* de si mesmo. Louro (1999) destaca que a maioria das pessoas considera a sexualidade algo

natural, o que destitui de sentido as dimensões sociais e políticas na sua construção, voltando-se para a ideia de essência de ser. Para Sartre (1987), isso está fora de cogitação, pois é necessário existir e, no contato com o mundo/outro, constituir-se dialeticamente.

Já para os participantes HET, não haver período de percepção da orientação sexual alimenta a ideia de naturalização, pois o fato de eles não terem sentido atração por homens sugere que pessoas com orientação homossexual saberiam localizar essa orientação sexual. Nessa perspectiva, havia uma intencionalidade dos homossexuais em sua orientação, o que, somado à ideia de desvio, pode levar a preconceitos. Sobre esse ponto, Scardua e Sousa Filho (2006) evidenciam que, para os heterossexuais, a homossexualidade é um ato intencional, em que há uma escolha. Os homossexuais, em contrapartida, percebem a sexualidade como natural.

O contexto como parte constituinte do projeto-de-ser da pessoa é verificável na **Percepção dos familiares quanto à orientação sexual** dos participantes. Entrevistados HOM destacam que houve rejeição da orientação sexual por familiares, diferentemente dos HET, cujos familiares tratam a orientação com naturalidade e respeito. Connell *et al.* (1995), ao descreverem a família como espaço que “produz” pessoas, discorrem que o relacionamento sexual e doméstico entre um homem e uma mulher passa a ser uma referência, transportando para as crianças em crescimento esse modelo de vida como a ordem natural e adequada das coisas. Outro fator que incide sobre tal percepção dos familiares acerca da homoafetividade é o pensamento biomédico, articulado ao religioso e fundamentalista sobre a homossexualidade. Essa percepção pode ser observada no seguinte trecho da entrevista com HOM 01: “E para meus pais foi um processo inverso, ‘vamos tentar te tratar!’ [...]”. A percepção de que a prática homossexual é pecado surgiu no século XVII, sob influência da Igreja Católica, e desloca-se a um “desvio moral”, uma “anormalidade” nos parâmetros biomédicos (DIAS, 2011). Ainda que na década de 1980 a homossexualidade tenha sido retirada do rol de padrões patológicos (LIONÇO, 2009), em pleno ano de 2013 há uma desconsideração da homossexualidade como possibilidade de orientação sexual, calçada na resistência dogmática e religiosa.

Sobre a **Origem da homossexualidade e da heterossexualidade**, os participantes remetem-se apenas à homossexualidade, conforme se percebe nas falas dos entrevistados, por exemplo, a do participante HOM 01: “[...] uma coisa que já é inata nossa, eu acredito que isso venha já com algum, assim, vamos pegar a palavra instinto [...]”. Pressupõe-se que numa sociedade

heterossexista é comum que os homossexuais compreendam suas orientações sexuais como algo natural, pois afirmar o contrário seria predispor uma possível escolha e assumir de certa forma o peso de ser uma pessoa contrária aos padrões sexuais preestabelecidos pela sociedade.

Contudo, a partir de Sartre (1987), é possível compreender a dimensão ontológica e antropológica que trata da relação com “outro”, consigo mesmo e com o mundo. É na história que o homem se faz e torna-se produto de um determinado tempo e espaço (temporalidade e materialidade); além da possibilidade de se modificar e ser modificado pela história (cultura), nela também se aliena. Assim, não se trata de uma naturalização da sexualidade, tampouco de uma escolha de modo simplista. Louro (1999, p. 12) ressalta que “é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais [...] essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais”. Logo, é possível compreender a homossexualidade e a heterossexualidade como identidade e produto das relações com o mundo, com o “outro” e com a apropriação (subjetivação) daquilo que lhe é objetivo (aspectos sociais).

A naturalização relativa à origem da homossexualidade e da heterossexualidade tem certa continuidade na **Percepção de suas orientações sexuais**. Tal concepção pode ser observada nas palavras de HOM 01 e HET 01, apresentadas respectivamente: “[...] é tão natural pra mim hoje, tão natural, que quando eu vejo um casal de heterossexuais se beijando eu digo: Nossa! Acho que por tudo isso assim, o processo que passei, acho que é uma coisa natural” (HOM 01); “[...] é uma coisa natural, o que a gente sempre vê na sociedade, pra sociedade [heterossexualidade] é algo que é o mais fácil hoje em dia, um pouco mais difícil para quem é homossexual, tem algumas barreiras a seguir [...]” (HET 01). Embora as percepções apontem mais uma vez para uma naturalização de suas orientações sexuais, entre os sujeitos, essa naturalização decorre de vivências de preconceito com relação à sua orientação sexual e de comparação a uma norma heterossexista. Esse fato demonstra que, além da necessidade de uma reflexão de suas sexualidades, esses participantes se veem em um processo de aceitação.

Para Canguilhem (2002), o conceito de *normal* se ampara na estatística/frequência e nos valores, sendo possível compreender que estes (os números) são utilizados como estratégias para que se qualifique uma norma. Desse modo, a heterossexualidade, como aquilo que é mais usual, usufrui da lógica da média/estatística para impor-se como regra. Possivelmente, essas

novas normatividades são percebidas e compreendidas mais facilmente por quem as define, o que pode explicar o fato de os participantes HOM estarem mais preparados para perceber vivências relacionadas à sexualidade em comparação aos HET.

Sobre a **Orientação sexual como uma possibilidade de escolha**, tanto HOM quanto HET desconsideram a escolha para as orientações sexuais, já que para eles há uma impossibilidade de escolher ligada, mais uma vez, à ideia de uma natureza humana, a partir da qual a pessoa “nasce” com a orientação sexual. Nas falas dos entrevistados: “No meu caso não foi escolha, porque eu nasci assim e nunca tive outro tipo de sentimento [...]” (HOM 02); “Eu acho que a pessoa não escolhe se ela quer ser homossexual ou heterossexual, acho que ela já nasce com isso [...]” (HET 03).

Entretanto, sobre **Definição de escolha**, os participantes ressaltam três possibilidades. A primeira delas é definida pela concepção própria do senso comum, em que a escolha se desvela a partir de duas possibilidades, a segunda é exemplificada a partir do fazer da maioria e a terceira e última baseia-se na consciência das possibilidades. Embora haja nas concepções uma definição próxima do posicionamento sartriano a respeito da escolha, tal qual indica a consciência das possibilidades, o que se percebe é que os participantes pautaram-se na escolha do senso comum, o que pode ser exemplificado pelas palavras de HOM 01: “Escolha é eu poder optar, uma preferência, eu posso escolher ou branco ou preto, posso escolher uma maçã a uma pera [...]” (HOM 01).

Sartre (1987) discorre que a pessoa é livre, e ser livre significa não ser possível deixar de fazer escolhas. É a partir das escolhas (ações que a pessoa desempenha no mundo) que o sujeito constitui-se dialeticamente, delinea o seu projeto e torna-se responsável pelo seu futuro. Na medida em que desempenha suas escolhas, o “outro” também é afetado por estas. Portanto, escolher predispõe todas as experiências do campo dos possíveis da subjetividade humana, e essas possibilidades tornam-se vieses para que a pessoa se constitua singularmente.

Há diferentes percepções dos entrevistados referentes às escolhas enquanto (im)possibilidades de posicionamento frente às suas orientações sexuais, possivelmente ancoradas numa perspectiva de escolha marcadamente de senso comum. Dessa forma, não se mostra “tecida” uma noção de escolha para sexualidade que envolva todos os aspectos da dimensão humana (biopsicossocial) enquanto possibilidades do campo, como uma escolha indicada na perspectiva sartriana.

A afirmativa de orientações sexuais “naturais” para os participantes HOM pode ser um modo de esquivarem-se das manifestações preconceituosas, de afirmarem-se na busca da aceitabilidade de suas orientações sexuais e de garantirem uma possível simetria à orientação heterossexual, visto que esta ainda se faz norma na sociedade ocidental. Se os entrevistados que se consideram heterossexuais afirmassem ter escolhido as suas orientações sexuais, possibilitariam à norma heterossexista ser questionada e abrir-se-iam ainda possibilidades para a diversidade sexual, ao passo que, para os entrevistados que se consideram homossexuais, a possibilidade de uma escolha para a sexualidade traria mais sofrimentos, já que estão inseridos em um contexto que os discrimina, nega, segrega e exclui. Ademais, a percepção de uma sexualidade inata, de certa forma, traz conforto às pessoas, pois não existe o peso da escolha. Essa afirmação vale para quaisquer âmbitos da vida humana, já que escolher significa também responsabilizar-se pelas consequências. No entanto, como bem afirma Sartre (1987), não há como deixar de escolher, não escolher já é uma escolha.

Identificações de gênero e sexualidade de pessoas com vivências homoafetivas e de pessoas com vivências heteroafetivas

Os aspectos constituintes das sexualidades dos entrevistados ligados ao gênero e à sexualidade serão apresentados, iniciando-se pela percepção sobre **Atividades ligadas ao sexo e gênero**. A respeito de jogos, brincadeiras infantis e profissões, os participantes HOM e HET destacam a identificação que a pessoa possui pelas atividades que desempenha independentemente do sexo biológico. Isso pode ser verificado nas palavras dos participantes HOM 02 e HET 01, respectivamente: “[...] acho que não existe distinção, como existem mulheres que jogam [futebol] hoje em dia, que buscam o seu espaço, acredito que os dois sexos podem desempenhar funções da mesma forma sem deixar de fazer um bom trabalho [...]” (HOM 02); “[...] mas eu acredito pra mim indefere, sabe, eu acho que tem que fazer aquilo que te deixa melhor, que te faz feliz, que te faz bem, independente [se for homem ou mulher]” (HET 01).

Essas opiniões acerca da divisão de atividades demonstram avanços conquistados pelos movimentos feministas e LGBTs. Connel (1995) evidencia que aquilo que foi estabelecido historicamente está sujeito a mudanças, e a ideia de que os homens são aqueles que ganham o pão e as mulheres cuidam da casa são noções convencionais de gênero que estão em modificação. Louro (1999) destaca que a formação de homens e mulheres é um processo plural e

permanente, no qual as próprias pessoas possuem participação ativa sob suas constituições enquanto seres.

Por outro lado, para além da influência familiar, os participantes indicam características culturais que ilustram as noções de gênero, conforme as seguintes declarações de HOM 02 e HET 01, respectivamente: “[...] eu acho que tem toda uma questão social assim, as mulheres mais em casa, os homens mais no trabalho [...]” (HOM 02); “[...] este tipo de esporte [artes marciais] traz uma estrutura ao corpo mais rígida, uma postura não tão feminina e a sociedade acaba meio que tendo preconceito, ela [irmã] sofreu um pouquinho de preconceito [...]” (HET 01).

Nesse sentido, são demonstrados padrões comportamentais de homens e mulheres esperados pela sociedade. Esses padrões revelam características culturais lineares e hegemônicas que consideram os gêneros feminino e masculino associados a sexo biológico. Essa associação tem continuidade na representação de um “modo de ser” delicado, intelectual, reflexivo e atencioso ao feminino, e rústico, parrudo, agressivo e com rigidez corporal ao masculino, que, como bem expõem Mota (1998) e Gomes (2003), assume essas características justamente pela ameaça de virar mulher.

A partir de Simone de Beauvoir (*apud* BUTLER, 2003, p. 26), é possível compreender o gênero como uma construção social, mas destituído de relação com o sexo, com o fato de ser macho ou fêmea. Essas configurações de gênero passam a ser entendidas a partir de um discurso cultural, hegemônico e binário (homem e mulher) e são consideradas como “linguagem da racionalidade universal”, além de haver uma superioridade masculina com relação ao feminino. Este último é considerado o “que está fora das normas universalizantes que constituem a condição de pessoa” (BEAUVIOR *apud* BUTLER, 2003, p. 31). Assim, é possível entender a negação da homossexualidade, ao passo que esta se encontra similarmente ao feminino e “fere” as expectativas da sociedade e da família.

HOM e HET evidenciam características biológicas sobre atividades destinadas aos homens por exigirem força física, associando-a ao gênero masculino. Para ilustrar, destacam-se as seguintes falas: “[...] serviços, profissões que exijam força, sabe-se que o homem tem mais força que a mulher, então, tem este tipo de profissão, que é mais [...] bruto, rústico e sistemático, são profissões que exijam força física [...]” (HOM 01); “[...] cientificamente foi comprovado que o homem tem mais força e a mulher tem mais flexibilidade, mas não impede que um homem tenha tanta flexibilidade

quanto uma mulher e uma mulher tenha tanta força quanto o homem [...]” (HET 03). Essa perspectiva deixa ainda mais claros os ideais de homem e mulher presentes na sociedade. A partir de uma lógica em que os interesses subjetivos da pessoa são desconsiderados, mulheres que se interessam por atributos ligados à força física e/ou homens interessados por dança e balé, por exemplo, poderiam ser alvos de preconceitos sociais por não estarem em conformidade com os padrões preestabelecidos.

Louro (1999, p. 27) destaca que “as coisas se complicam ainda mais para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação”, ressaltando que, na constituição da sexualidade e gênero de homens e mulheres, há direções para se manterem nesses padrões e determinarem suas formas de ser ou ‘jeitos de viver’ suas sexualidades e gêneros. Em consonância com esses padrões, as pessoas contrárias às normas podem sofrer represálias e/ou ser privadas de atividades com as quais se identificam. Esse aspecto pode ser visto nas palavras de HOM 03: “[...] na época de escola, tô lembrando de uma aula de educação física. Tinham duas meninas colegas minhas que queriam jogar futebol e não puderam por serem meninas” (HOM 01). Tais represálias são associadas ao ideal hegemônico de sexualidade, no qual jogos, profissões e brincadeiras infantis passam a ser vistos com uma conotação sexual que localizam determinado gênero e “produzem” homens e mulheres.

Louro (1997) indica que quando alguém possui o desejo de realizar práticas diferentes das estabelecidas para o seu gênero e sexo (aos olhos da sociedade), será considerado “desviante” da norma e aprenderá que os seus desejos não são “normais”, destacando que isso é tão presente na subjetividade humana que alguns vigiam e controlam os comportamentos de outros, provocando o silenciamento dos desejos das pessoas. Esse tipo de controle é evidente entre os HOM desde o seu desenvolvimento infantil, como se percebe na fala de HOM 01: “[...] por eu não gostar de futebol [...] eu e ele [colega] brincávamos com as meninas de casinha, os meninos chamavam a gente de bichinha, os gaysinhos, as bichinhas, mas eu me sentia bem ali [...]” (HOM 01). Esses preconceitos com jogos e brincadeiras infantis destinados a meninos e meninas são inseridos na vida das crianças e podem ser “marcas” para a vida adulta. Louro (1999, p. 29) evidencia que essas percepções resultam em preconceito que se inserem na vida infantil de tal modo que “meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas, gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e sexualidade admitidos na cultura em que vivem”.

Os **Ambientes e sexualidades** permitem compreender sobre identificações de gênero e sexualidade. Para os participantes HOM, é nítida a preferência por locais LGBTs (casas noturnas e bares), nos quais suas sexualidades são respeitadas. Córdova, Lago e Maluf (2010) afirmam que os espaços urbanos são também desenhados pelas orientações sexuais e pelos desejos de seus habitantes, indicando que o “gueto” homossexual pode ser também uma forma de sociabilidade que proporciona conforto e prazer, por essas pessoas estarem “entre iguais”. Entretanto, a demarcação de lugares LGBTs demonstra a divisão entre heterossexuais e homossexuais na sociedade e um binarismo hétero-homo, além de uma cultura heterossexista, com lugares que camuflam as vivências homoafetivas. A isso se relaciona a fala de HOM 02: “Alguns lugares são destinados a este público, outros lugares acabam se adaptando com a presença de pessoas homossexuais. [...] tipo balada, acaba sendo um negócio que eles [donos] acabam entrando nessa, focando nisso, tentando ter o respeito ao diferente [...]” (HOM 02). Essa preferência é relacionada ao acolhimento como fundamento para a escolha de ambientes, como nas palavras de HOM 02: “[...] a gente não procura lugares que a gente seja discriminado. Tipo a minha família, gostaria de levar o meu companheiro [...] eles não aceitam [...]”. Sobre tal percepção de acolhimento, que é referida apenas pelos HOM entrevistados, Kern e Silva (2009) ressaltam que, numa sociedade de valores heterossexuais, as pessoas com orientação homossexual muitas vezes vivem uma identidade camuflada.

Observam-se, a partir dos dados analisados, inscrições subjetivas de gêneros e sexo na constituição da homossexualidade e da heterossexualidade. Essa subjetivação, a partir do relacionamento com os aspectos culturais e subjetivos, como indica Sartre (1987), corresponde às possibilidades que a pessoa encontra como sendo constituintes do projeto-de-ser. No entanto, vale ressaltar que sexo e gênero são atribuídos por símbolos sociais e culturais. Nesse sentido, não há como afirmar a existência rígida e pura de uma masculinidade e de uma feminilidade. É possível perceber, na singularidade humana, esses atributos constituintes da sexualidade assumirem diferentes “formas”, conforme indica Louro (1999), as quais evidenciam a pluralização de gêneros e sexualidades.

O que se verifica é que a manifestação da sexualidade encontra diferentes formas e sentidos, de acordo com o tempo e o espaço a que estão submetidas. A demarcação de símbolos de gênero e sexo, associados a ambientes considerados LGBTs e/ou Heterossexuais, são criações sociais que denotam diferenciação entre padrões considerados “normais” e “anormais”, tal qual indicam Chauí (1984) e Giddens (1993) sobre a repressão sexual. Para

Butler (2003), as concepções de sexo e gênero devem ser problematizadas, pois se cristalizam em ideais sociais arraigados de significados. O sexo, que estaria ligado ao biológico, passa a ser visto como anterior ao gênero, que são os construtos culturais do que se é considerado masculino e feminino. No entanto, segundo a autora, o próprio sexo pode ser visto como uma construção social cheia de significações que absolutamente não explicitam seu significado sem atrelá-lo a uma noção de gênero.

Considerações finais

Buscando-se compreender o processo de escolha relacionada à orientação sexual dos participantes deste estudo (HET e HOM), identificou-se a impossibilidade de relacionarem suas vivências homoafetivas ou heteroafetivas com a escolha a partir da complexidade psicológica que esta apresenta. Tal impossibilidade é justificada sob a premissa da “naturalização” de suas orientações sexuais. Cabe o destaque da diferenciação dessa naturalização para HOM e HET. Entre os primeiros, a homossexualidade “inata”, além de ser uma forma de se fazerem existentes no mundo e colocarem-se lineares às concepções de normalidade da heterossexualidade, é também uma maneira de evitarem sofrer rechaços e preconceitos. Para os segundos, fica evidente que a “naturalização” da sexualidade aponta para a normatização dessa forma de “ser” no mundo, instituída enquanto referência na sociedade.

Evidentemente, a noção de escolha que os sujeitos deste estudo possuem é calcada numa concepção do senso comum, na qual se considera a opção de uma entre duas possibilidades. A partir desse pressuposto, a possibilidade de uma escolha é anulada, visto sua simplicidade de concebê-la. Entretanto, com base em Sartre (1987), considerando as possibilidades existentes para a escolha a partir dos aspectos biológicos, culturais e psicológicos, singulares do sujeito, o que se anularia seria a impossibilidade da escolha, já que esta é parte constitutiva do projeto-de-ser do sujeito.

Como bem destacado por Sartre (1987), o homem se faz na história e nela se aliena, num processo dialético em que as escolhas/ações humanas são constituídas também pelo contexto no qual o sujeito está inserido. É possível constatar nas histórias de vidas dos participantes elementos constituintes de suas sexualidades, como características familiares, culturais, aspectos do desenvolvimento infantil e lugares demarcados segundo orientação sexual. Isso demonstra que as percepções acerca da sexualidade são concebidas a partir de um contexto cultural e denota que tanto as vivências homoafetivas quanto as

heteroafetivas são produzidas conjuntamente nesse contexto, a partir de símbolos e significações de gêneros e sexualidades. Evidencia-se, assim, que as sexualidades não são “naturais”. A naturalização das orientações sexuais ocorre ancorada nas concepções de gênero e sexualidade, nas quais se identificam os participantes deste estudo, visto que consideram características pertencentes ao gênero masculino e feminino atreladas a determinados sexos biológicos.

São identificados entre os entrevistados símbolos pertencentes ao gênero masculino e ao feminino, que atuam no controle dos comportamentos e que ignoram os sentidos subjetivos que os entrevistados possuem. É notório que isso está associado a um ideal hegemônico de sexualidade, mediante o qual jogos, profissões e brincadeiras infantis passam a ser vistos com uma conotação sexual que localiza determinado gênero e “produz” homens e mulheres. Com Butler (2003), as concepções de sexo e gênero devem ser problematizadas, ao passo que tanto um quanto outro cristalizam-se em ideais sociais arraigados de significados. Nesse sentido, tanto as vivências homoafetivas como as heteroafetivas podem ser entendidas enquanto construções sociais cheias de sentidos, o que remete a outras normatizações.

Ambas as orientações sexuais são “produtos” de um contexto que indica a prevalência de uma norma heterossexista. Sendo assim, as inscrições de gênero e sexo estão presentes em quaisquer orientações sexuais, não havendo como prever que a heterossexualidade está para o masculino, assim como a homossexualidade está para o feminino. Mais profundamente, não seria possível prever a existência de um modelo masculino e feminino, homossexual e heterossexual, embora seja evidente uma representação social a esse respeito. O que há são construções sociais acerca de uns e outros. Portanto, é ingênuo afirmar puramente a existência de gênero e sexualidade, visto que o ser humano é singular na sua constituição.

Para finalizar, destaca-se que as sexualidades naturalizadas podem ser modos que os participantes deste estudo encontraram de não se debaterem em meio às consequências da afirmação de uma escolha, pois a existência dessa possibilidade para os entrevistados com vivências heteroafetivas abriria um leque de alternativas para a diversidade sexual, de modo que a norma heterossexista fosse questionada. De outro modo, a possibilidade da escolha para os entrevistados com vivências homoafetivas traria tamanhos desconfortos e sofrimentos psicológicos, já que suas constituições são marcadas por um contexto no qual são alvos de discriminações e exclusões.

Referências

- ADELMAN, Míriam. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Rev. de Sociologia Política*, Curitiba, n. 14, p. 163-171, jun. 2000.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Constituição. *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CONNEL, Robert. *Políticas da masculinidade Educação e realidade*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1995.
- CONNEL, Robert *et al.* *Estabelecendo a diferença: escolas, famílias e divisão social*. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos / Conselho Federal de Psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. p. 169-178.
- CÓRDOVA, Luiz; LAGO, Mara; MALUF, Sônia. W. Histórias sobre territorialidades GLS na ilha de Santa Catarina. In: GROSSI, Miriam; LAGO, Mara; NUERNBERG, Adriano. *Estudos In(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 257-280.
- DESLANDES, Suely. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DIAS, Maria Berenice. *Diversidade sexual e direito homoafetivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GIL, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Romeu. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 825-829, jan. 2003.

KERN, Francisco; SILVA, Andre. A Homossexualidade de frente para o espelho. *Rev. Psico*, Porto Alegre, n. 4, p. 508-515. out.-dez. 2009.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 43-63. 2009.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva Pós-Estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOTA, Murilo. Gênero e sexualidade: fragmentos de identidade masculina nos tempos da aids. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 145-155. jan.-mar. 1998.

REIS, Toni. Vencendo a homo/lesbo/transfobia – Avanços e desafios [Transcrição de apresentação oral]. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos / Conselho Federal de Psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. p. 169-178.

RESOLUÇÃO 001/99 de março de 1999. *Normas de atuação para os Psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*. [online]. Disponível em: <http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2012.

RESOLUÇÃO 489/2006 de 03 de junho de 2006. *Normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_489_06.pdf>. Acesso em: 27 set. 2012.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo; a imaginação; questão de método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCARDUA, Anderson; SOUZA FILHO, Edson Alves de. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. *Psicol. Reflex. Crit*, Porto Alegre, n. 3, p. 482-490. 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE BRASÍLIA. *Plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, 2009.

YIN, Robert. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.